

PATRIMÔNIO DIGITAL VIRTUAL

Herança, documento e informação¹

Vera Dodebei²

RESUMO

Esta comunicação tem por objetivo apresentar a tese de que a idéia de patrimônio desatrelada do sentido de acumulação favorece pensar a existência de patrimônios no ciberespaço. Organizamos a discussão em dois blocos de análise. No primeiro – sobre as noções de digitalidade e de virtualidade, procuramos identificar a possibilidade de que o conceito de acumulação possa fazer parte da constituição da memória no ciberespaço. No segundo bloco, organizamos os conceitos de patrimônio sob os atributos de – herança, documento e informação, momento em que articulamos os discursos sobre a oralidade mítica, a tecnologia da escrita e a digitalidade para identificar o peso do atributo *acumulação* presente aos conceitos de patrimônio em cada um desses pólos da inteligência coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio digital; ciberespaço; memória virtual

Esta comunicação tem por objetivo apresentar a tese de que a idéia de patrimônio desatrelada do sentido de acumulação favorece pensar a existência de patrimônios no ciberespaço. Partimos do pressuposto que o conceito de patrimônio está ainda em expansão, com a produção de particularidades que significam a criação de espécies conceituais. Mas, em contrapartida, vislumbramos também certa desaceleração deste movimento, ou sua reconfiguração, quando observamos a organização dos bens patrimoniais digitalizados ou criados digitais e que circulam na memória virtual do mundo. Temos aí delineadas algumas complexidades para a construção do sentido e do significado de patrimônio virtual e de patrimônio digital. A primeira delas diz respeito à compreensão de uma extensão conceitual ao que tradicionalmente se nomeia como patrimônio. Os adjetivos *virtual* e *digital*, por exemplo, modificam o conceito de *patrimônio*, especificando-o com propriedades criadas no âmbito da filosofia (Virtual) ou no âmbito da Cibernética (Digital). O conceito de patrimônio sofre também outras transformações produzidas pelas novas dimensões de tempo e de espaço do mundo organizado por redes interligadas de computadores, notadamente em relação aos atributos de acumulação, permanência e integridade.

Organizamos a discussão em dois blocos de análise. No primeiro – sobre as noções de digitalidade e de virtualidade, procuramos identificar a possibilidade de que o conceito de acumulação possa fazer parte da constituição da memória no ciberespaço. No segundo bloco, organizamos os conceitos de patrimônio sob os atributos de – herança, documento e informação, momento em que articulamos os discursos sobre a oralidade mítica, a tecnologia

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Este texto é parte da obra organizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social - PPGMS, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, intitulada *E o patrimônio? Desafios para o século XXI*, ainda no prelo.

² Professora e pesquisadora do PPGMS-UNIRIO.

da escrita e a digitalidade para identificar o peso do atributo *acumulação* presente aos conceitos de patrimônio em cada um desses pólos da inteligência coletiva³.

Sobre as noções de digitalidade e de virtualidade

Em princípio, poder-se-ia pensar que uma extensão conceitual sempre aumenta a compreensão do objeto analisado e, assim, na cadeia de complexidades crescentes, patrimônio virtual ou o patrimônio digital teriam seu significado apreendido por um grande número de pessoas, desde que elas compartilhassem os significados de digitalidade e de virtualidade. Na realidade, não há muita clareza na literatura sobre esses conceitos, quer seja o significado isolado de cada um, quer seja uma possível relação de sinonímia existente entre eles. Por outro lado, o conceito “gênero”, ou “pai” – patrimônio- vem sendo construído desde o início da espécie humana até os tempos atuais. Podemos afirmar que a noção de patrimônio é anterior à sua instituição política, mesmo à época da formação dos Estados nacionais no século XIX, com a criação das bibliotecas, arquivos e museus nacionais, e com a proteção de monumentos e edificações que detinham valores de antiguidade, artísticos ou históricos⁴. O rótulo, a etiqueta, ou como se diz em ambiente virtual, os *tags*, aplicados ao conceito de patrimônio presente nos discursos proferidos em língua natural, são evidentemente polissêmicos. Temos então que o conceito de patrimônio é adequado às idéias de: herança, tradição, conhecimento, experiência, legado, vivência, entre outras expressões que denotam a idéia de transmissão natural da cultura, de uma geração à outra.

O conceito de *memória documentária*⁵ como uma abstração que reúne os atributos informação/ memória/ documento é datado de meados do século XX, e pode ser atualizado para adicionar ao documento o valor patrimonial necessário à compreensão do patrimônio digital como um composto de informação que transita no ciberespaço. A memória documentária organiza o conhecimento a partir de dois conjuntos teóricos que lhe dão sustentação. O primeiro conjunto é representado pela Teoria da Informação, parte integrante da Cibernética de Wiener (1947) e explicitada pela Teoria Matemática da Comunicação de Shannon (1949). O segundo conjunto teórico seleciona das teorias da Memória Social, os conceitos de memória virtual em Henri Bergson⁶ e os conceitos de Memória Digital em Pierre Lévy⁷.

Se a comunicação entre as pessoas incorpora tecnologias para além da oralidade direta, somos então mediados por máquinas que não só conversam conosco, como também conversam entre si. Dois mundos se apresentam entre a concretude do território e a virtualidade do espaço-temporal desterritorializado. Arte, língua e literatura se produzem nos dois mundos, assim como o patrimônio, se considerarmos que seu conceito inclui esses fazeres. Não queremos dizer com isto que patrimônio é entendido como toda e qualquer produção cultural, ao custo de encerrarmos a discussão neste ponto. Aceitando-se o caráter

³ Ver LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

⁴ Ver RIEGEL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

⁵ Ver DODEBEL, Vera; GOUVEIA, Inês. Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na web. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 7. *Anais ...*, Marília, SP, 2006.

⁶ BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁷ LÉVY, Pierre. Abrir o espaço semântico em prol da inteligência coletiva. *Reccis*, R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 129-140, jan.-jun, 2007.

circunstancial da atribuição dos valores patrimoniais aos bens culturais produzidos pela humanidade, o estudo do comportamento desses bens no ciberespaço é também parte do domínio da organização do conhecimento e, por conseguinte, da memória social.

O atributo digital incorporado a qualquer conceito nasce com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Digitalizar compreende o processo de representar um objeto concreto ou analógico em *bits*. A imagem digitalizada se transforma em conjuntos de *pixels* que podem ser compreendidos visualmente pelo olho humano e também por programas de computação. A diferença entre digital e virtual está diretamente vinculada ao processo, no caso do atributo digital, e no meio ou ambiente, no caso do virtual. Podem existir, desta forma, objetos digitalizados que habitam tanto o mundo concreto como o mundo virtual, mas o mundo virtual é habitado apenas por objetos digitais.

A digitalização, ao transformar textos, sons e imagens em *bytes*, facilita a compreensão de que essa divisão dicotômica do atributo matéria aplicada ao patrimônio é uma construção de natureza operacional e não essencial. Por exemplo, como podemos conservar ou proteger contra o perigo do desaparecimento os objetos patrimoniais de natureza material e os de natureza imaterial? José Aguilera⁸, arquiteto do IPHAN e nosso doutorando, afirma ser o bem material muito mais difícil de ser conservado pois ele sofre diariamente as intervenções do uso e do tempo, e tem que ser mantido íntegro a partir do modelo descrito nos livros de tombo. Já os bens de natureza imaterial, por não serem tombados e sim registrados informacionalmente, não podem e não devem ser mantidos tal como no momento em que foram digitalizados. Portanto, a garantia da permanência de um bem patrimonial de natureza imaterial está na sua condição de permanente atividade social e, portanto, de transformação. Os registros patrimoniais de objetos de natureza imaterial foram regulamentados recentemente (2000), não tendo havido ainda a revisão (a cada dez anos) prevista pela legislação, o que nos deixa, por ora, sem exemplos da atualização informacional para esses bens.

É interessante notar que, ainda que o sentido de acumulação não faça parte do mundo virtual, a digitalização do patrimônio permite a construção de coleções virtuais, como a que a Unesco criou, denominada de *Memória do Mundo*. Constituída de bens patrimoniais de natureza material e imaterial, de todas as partes do nosso planeta, essa coleção pretende representar uma síntese dos feitos da humanidade, e está disponível na rede mundial de computadores. Uma primeira leitura dos critérios estabelecidos para a seleção dos bens que integrarão a *Memória do Mundo* nos indica a presença forte do conceito clássico de coleção, pelos adjetivos: raros, excepcionais, geniais, únicos, memoráveis, importantes, significantes, autênticos. Observando os objetos, percebemos que o desejo de colecionar abarca seres humanos, animais, plantas, paisagens, construções. Fazem parte também da coleção fenômenos, propriedades, valores, criações artísticas, históricas e tecnológicas, tradições, crenças e idéias. Várias questões poderiam ser colocadas em relação a esses critérios de seleção. De que se compõe, afinal, a memória do mundo? Quem seleciona os objetos que, isolados, deverão representar a totalidade de sua classe conceitual? Por que um feito, uma paisagem, uma comunidade, uma música, um livro é mais significativo para representar todos os outros de sua categoria?

Independentemente destas questões que demandam pesquisas de diversas naturezas e em diversos domínios, o fato é que o processo de digitalização desses patrimônios oferece à humanidade a oportunidade de mapear conceitos materiais e imateriais e de transferir-los para o espaço virtual onde a memória do mundo é construída já como uma coleção delimitada

⁸ AGUILERA, José. O relógio empalhado. In: IPHAN. Programa de Especialização em Patrimônio. Caderno de Estudo do PEP. Contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2006. Vassouras, RJ, 2006.

conceitualmente. Textos, imagens, sons organizados como em um recorte enciclopédico, podem ser acessados em tempo real por um número cada vez mais amplo de internautas que se apropriam, reformatam e devolvem ao ciberespaço novas informações. O sentido de *coleção* pode estar presente no ciberespaço; não sabemos ainda se o atributo da *acumulação* lhe será inerente.

Embora a natureza do ciberespaço seja caótica por sua constituição ser informacional, a comunicação (sistema aberto) no espaço virtual sofre os ruídos naturais do mundo concreto e aqueles criados pela interoperabilidade digital (sistema fechado). Pierre Levy⁹ faz uma análise da arquitetura da memória virtual e considera quatro planos para na evolução das tecnologias da informação e comunicação. O primeiro plano, denominado de “camada de endereçamento dos *bits*” ou interconexão de transistores, refere-se aos computadores que compõem os pontos de ligação no ciberespaço. É a memória dos computadores ou endereços dos *bits*, que compreende os sistemas operacionais e os aplicativos, de natureza lógica e aritmética, que tem a década de 50 do século XX como a data de seu nascimento. A segunda camada, “endereçamento dos servidores” ou interconexão entre computadores, é representada pelo protocolo de internet que liga computadores pessoais, comunidades virtuais e proporciona a convergência de mídias digitalizadas. Esta fase é datada em 1980. A terceira camada, “endereçamento das páginas” ou interconexão entre documentos compreende a esfera pública mundial hipertextual multimídia, significando a criação da *world wide web* com as ferramentas de pesquisa, navegadores e endereços (URLs – Uniform Resources Locator) e *links* (HTTP – HyperText Transfer Protocol). A popularização da *web* é datada em 1995. Além destas três camadas, das quais já somos familiarizados, Lévy nos apresenta a Noosfera que corresponde à quarta camada adicional da memória virtual, e que tem por base a linguagem IEML – *Information Economy MetaLanguage* (linguagem documentária em sistema aberto de comunicação). A Nooesfera, no esquema geral da arquitetura da memória virtual, está prevista para funcionar plenamente no ano 2015, e representa endereços de conceitos (*semiotographs*), interconexão entre significados e gerenciamento do conhecimento.

A memória virtual da inteligência coletiva, projeto internacional coordenado por Lévy junto à Universidade de Ottawa no Canadá, pode ser considerado, de certo modo, a atualização para o ciberespaço do conceito de memória coletiva desenvolvido por Maurice Halbwachs e do conceito de memória pura ou virtual em Henri Bergson. Há entre os três autores um interessante diálogo sobre os conceitos de memória e uma curiosidade em relação ao patrimônio cultural. Bergson, como veremos adiante, não só inspirou Halbwachs e Lévy, como foi o filósofo que lançou a noção de patrimônio cultural.

Patrimônio: herança, documento e informação

Difícil desarticular a noção de patrimônio de outras categorias de pensamento, por exemplo “cultura”, “tradição” e “herança” como nos apresenta a antropóloga Regina Abreu em seu artigo sobre a emergência do patrimônio genético¹⁰. Por essa razão, a contribuição da Antropologia é fundamental para a reflexão da evolução ou das perspectivas de conceituação de patrimônio tomado na distância espaço-temporal, conforme a estrutura do discurso apresentado anteriormente sobre os pólos da transmissão do saber. Como funcionaria a idéia de patrimônio no pólo da oralidade mítica, mantendo-se os seus atributos essenciais de perigo de desaparecimento do bem valorizado e, portanto de sua salvaguarda para o futuro?

⁹ LÉVY, Pierre. Abrir o espaço semântico em prol da inteligência coletiva Op. Cit.

¹⁰ ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e Patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 30-45.

Patrimônio como herança

José Reginaldo Santos Gonçalves¹¹ nos diz que a noção de patrimônio é milenar, que ela está presente nas sociedades tribais, no mundo clássico e na Idade Média, embora a sistematização dos estudos sobre o tema tenha se constituído em fins do século XVIII com a formação dos Estados nacionais. O autor nos mostra que se desatrelarmos o atributo de coleção ao conceito de patrimônio podemos entender o patrimônio livre do sentido de acumulação, o que nos permitiria transitar com essa categoria em outros contextos sócio-culturais. Segundo o antropólogo, existem muitas sociedades que absorvem o conceito de patrimônio como herança de saberes, mas que não vêm na acumulação um sentido de evocação de memória. Os objetos acumulados são de natureza utilitária, e muitas vezes, quando há acumulação, esta visa à distribuição, ou mesmo à posterior destruição. Em algumas sociedades, os objetos materiais não são classificados separados de seus proprietários, pois são simultaneamente de natureza econômica, jurídica, moral, mágica, estética, psicológica, sendo, portanto, inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem a condição do indivíduo. A acumulação parece ser um atributo, que nas sociedades de tradição oral pode não pertencer ao conceito de patrimônio.

Se não há acumulação de bens, não há perigo de perda, e não há também necessidade de proteção ou de salvaguarda. Diz ainda o antropólogo, que *a exemplo do mana melanésico, discute-se a presença ou a ausência do patrimônio, a necessidade ou não de preservá-lo, porém não se discute a sua existência. Esta categoria é um dado de nossa consciência e de nossa linguagem; um pressuposto que dirige nossos julgamentos e raciocínios.*¹² O patrimônio, tomado como categoria de pensamento, coloca a sua existência na relação exercida pelo outro e, como seu conceito está atrelado aos conceitos de cultura, a idéia de patrimônio pode, no pensar antropológico, assumir diversos contornos semânticos no tempo e no espaço. Isto nos facilita pensar também o patrimônio como pertinente ao mundo virtual, ao menos no sentido da transmissão digitalizada, que é mais compartilhada e não visa, prioritariamente, a acumulação, mas à socialização da informação.

Patrimônio como documento

Direcionando o foco agora para o mundo materializado dos registros, a era da tecnologia da escrita identifica-se com a atribuição de valores patrimoniais aos objetos textuais, imagéticos, monumentais, aos lugares de memória como bem discutiu Pierre Nora¹³. O desejo de perpetuar a memória, facilitado pela reprodutibilidade técnica com a conseqüente criação dos “lugares”, fez com que a sociedade criasse próteses de suas memórias individuais, verdadeiras memórias auxiliares, cada vez mais extensas, diversificadas e até mesmo duplicadas, a exemplo das bibliotecas, dos museus, dos arquivos, dos monumentos históricos, gerando uma ampliação descomunal da capacidade de memória do mundo.

Choay¹⁴ nos conta que a palavra patrimônio estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.

¹¹ GONÇALVES, J. R. GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e Patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

¹² Ibidem, p. 24.

¹³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, *Projeto História - Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História*. v. 10, 1993.

¹⁴ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001).

Hoje, requalificada por diversos atributos, como se pode acompanhar pela trajetória dos registros do conhecimento sobre esse tema, ela admite uma pluralidade de adjetivos (histórico, artístico, cultural, material, intangível, virtual, digital) fazendo do termo um conceito “nômade”. Patrimônio seria uma invenção moderna, porquanto essa preocupação com a salvaguarda de edifícios e monumentos só é sistematizada em 1837 na França com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos. A manutenção dos Estados nacionais nos séculos XIX e XX desencadeou o processo de patrimonialização dos bens arquitetônicos por razões que variavam entre a proteção da arte e a manutenção do poder econômico e simbólico das instituições.

O processo de institucionalização do patrimônio toma contornos mais expansionistas, do ponto de vista conceitual, após a primeira guerra mundial. Com o intuito de estabelecer uma cooperação cultural entre os povos, a Sociedade das Nações (1919) cria no ano de 1922 a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual¹⁵, que se reúne pela primeira vez em Genebra, sob a presidência de Henri Bérgson. Essa comissão de intelectuais formada por 11 membros titulares e seis assistentes, reunia à época nomes de peso entre filósofos e cientistas: Bonnevie (zoóloga), Curie (física), Bannerjea (economista político), Bérgson (filósofo), Castro (médico brasileiro), Destrée (literatura), Murray (filólogo), Reynold (literatura), Ruffini (direito), Torres-Quevedo (engenheiro eletro-mecânico) e Einstein (que não compareceu por estar em missão científica no Japão). O objetivo da comissão era o de efetuar uma pesquisa sobre as condições do trabalho intelectual em cada um dos países membro da Sociedade das Nações. O interesse da comissão se estendia à organização internacional da documentação científica (bibliografia corrente e retrospectiva), ao avanço da pesquisa científica, à cooperação internacional na educação, com destaque para as ciências humanas, tidas como pouco articuladas no que concerne à transferência da informação. E para que se iniciasse uma cooperação internacional, era necessário conhecer o estado da arte da produção cultural dos países. Iniciava-se a era dos inventários da produção intelectual, da criação dos centros internacionais de documentação, da propriedade intelectual em geral e científica, em particular, da proteção dos bens culturais. Parece que Henri Bérgson teve grande participação na criação da noção de patrimônio cultural, quando presidiu entre 1º e 6 de agosto de 1922 a *Commission Internationale de la Coopération Intellectuelle*, instituição precursora da Unesco, criada em 1945, logo após a segunda guerra mundial.

Ainda de acordo com Choay, somente após a segunda Guerra mundial, na década de 50 do século XX é que serão acrescentados às categorias definidas na Comissão dos Monumentos Históricos outros objetos ainda considerados de valor menor, mas já indicando uma ampliação da noção de patrimônio para a sociedade. Aos edifícios religiosos e palacianos incluem-se fábricas, usinas, teatros, compreendendo os aglomerados de edificações da malha urbana: casas, bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, agora tomados como coleções de bens patrimoniais.

No Brasil, as políticas patrimoniais representadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN¹⁶, criado em 1937, consideram um universo diversificado de bens culturais, classificados segundo sua natureza nos quatro livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e, Livro das Artes Aplicadas. Suas ações voltadas à identificação, documentação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão, estão previstas em legislações específicas sobre cada um dos temas pertinentes ao seu universo de atuação, sejam: bens imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos e

¹⁵ BERGSON, Henri. *Écrits et paroles*. Paris: Presses Universitaires de France. Tome troisième, Textes 129, 130, 131 - Commission Internationale de la Coopération Intellectuelle(1922)

¹⁶ Ver o website do IPHAN <https://portal.iphan.gov.br/>

paisagísticos, bens individuais); ou bens móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).

Em 1997 a Unesco cria uma nova distinção internacional intitulada Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade¹⁷, concedida a espaços ou locais onde são regularmente produzidas expressões culturais e a manifestações da cultura tradicional e popular. A criação do título foi a forma de alertar a comunidade internacional para a importância dessas manifestações e a necessidade de sua salvaguarda, uma vez que compõem o “diversificado tesouro cultural do mundo”. A Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade acontece de dois em dois anos, com a escolha das candidaturas oferecidas pelos países a cargo de um júri internacional. A primeira, ocorrida em 2001, selecionou 19 bens. Em 2003 mais 28 itens foram acrescentados à lista das Obras-primas da Humanidade, entre eles a Arte Kusiwa – Pintura corporal e a Arte gráfica Wajãpi, candidatura preparada pelo Museu do Índio, que retrata a cosmologia e a linguagem gráfica dos índios Wajãpi, do Amapá, Brasil. A terceira proclamação ocorreu em novembro de 2005, com mais 43 integrantes da lista do patrimônio oral e imaterial. Mais uma vez o Brasil é contemplado, com a inclusão do Samba de Roda no Recôncavo Baiano. Instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o Registro é o instrumento legal para reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Os bens registrados são inscritos em 4 Livros: Registro dos Saberes das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Os saberes ou modos de fazer são atividades desenvolvidas por atores sociais conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade; as celebrações são ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário, que participam fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território. As formas de expressão são formas não-lingüísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, traduzidas em manifestações musicais, cênicas, plásticas, lúdicas ou literárias. Lugares são espaços onde ocorrem práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, que constituem referência para a população.

O valor patrimonial é atribuído a objetos que estão sendo criados no presente e que são frutos de manifestações culturais, em sua maioria, de natureza artística e coletiva como as artes populares, indígenas, urbanas, das periferias, de comunidades carentes, entre outros. Ou ainda, seguindo o movimento ecológico, o patrimônio conviria também aos espaços naturais como bosques, florestas, fauna, lagos e praias. Essa extensão conceitual fará surgir o patrimônio paisagístico, o genético, o medicinal entre tantos outros adjetivos que reforçam mais a preocupação com o perigo de perda para a sobrevivência atual da humanidade do que com a herança para gerações futuras.

Patrimônio como informação

É no âmbito desse processo de patrimonialização do presente que se estabelece a categoria bem intangível ou imaterial, separada do patrimônio material. Se por um lado, essa separação demonstra a importância do contexto de criação do patrimônio material ao lhe atribuir sentido cultural, por outro lado, a proteção do fazer cultural deve ser considerada como um ato de preservação dos produtos e do ambiente no qual esse fazer se produz, e não como uma outra categoria de patrimônio. Compreende-se que esta questão surge a partir da preocupação de não apenas salvaguardar os vestígios do passado, como também incluir nesse processo as ações desencadeadas no tempo presente. Os bens de natureza imaterial são

¹⁷ Ver o *website* da UNESCO <http://www.unesco.org.br/>

classificados na ordem dos saberes, dos fazeres, das comemorações, da tradição oral, quer seja a música, a dança a literatura, a língua. São circunstanciais, vivos e se preservam por tradição. Depreende-se daí que a falta aparente de um corpo material na condição efêmera de produção não exclui a materialidade do imaterial, nem a imaterialidade do material. Preservar uma construção religiosa sem a liturgia, uma língua sem o falante, é observar uma única face ou natureza do objeto. E mesmo com a criação de leis, normas e procedimentos para a proteção dos bens patrimoniais de natureza intangível ou imaterial é necessário compreender o caráter de virtualidade desses bens e a impossibilidade prática de separar o material do imaterial¹⁸.

Mario Chagas¹⁹ fala sobre essa impropriedade de separar os bens tangíveis dos intangíveis. Diz o autor que *a preservação dos bens tangíveis busca e assenta a sua justificativa não na materialidade do objeto e sim nos saberes, nas técnicas, nos valores, nas funções e nos significados que representam e ocupam na vida social*. O patrimônio cultural é então criado a partir de valores imateriais ou intangíveis, quer estejam representando objetos materiais ou saberes, fazeres e significados presentes na vida social.

Aqui fica a idéia de que é possível preservar significados, independentemente dos objetos materiais que são sua referência. Talvez tenha sido necessário criar o conceito de bem imaterial para que pudéssemos pensar em preservação para além da materialidade. As políticas patrimoniais separam os registros em livros distintos para os bens tangíveis e os intangíveis, mas o processo de representação do bem patrimonial na contemporaneidade é o mesmo, quer dizer, o registro digital transforma o bem, “material ou imaterial”, em informação. A invenção ou a reinvenção do patrimônio imaterial, a partir da mudança da tecnologia da escrita para a tecnologia da informática mediática, nos aproxima do pólo da oralidade mítica; e aproxima também a narrativa da informação.²⁰

Memória virtual e patrimônio digital: considerações ainda parciais

Quer nos parecer que já existem as condições potenciais para a memória virtual do mundo, com conteúdo digital e aí se inserem os *bits* patrimoniais, e com interoperabilidade maquínica, mediados por uma linguagem independente das línguas naturais e das ontologias, com operação por sistema aberto de comunicação. A reflexão sobre os conceitos de patrimônio digital e de memória virtual indica que a digitalização pode ser uma garantia para a preservação do patrimônio; que a formação de coleção, ainda que sem o atributo de acumulação, organiza um domínio do conhecimento, essencial para o desenvolvimento da comunicação no ciberespaço; e que os atributos para a formação do conceito de patrimônio digital são ainda escolhas determinadas pelos poderes institucionais.

Mas, afinal, que garantias a memória virtual do mundo dá ao conceito de patrimônio? Se continuarmos no ritmo atual de patrimonialização de bens materiais e imateriais, vamos

¹⁸ Ver DODEBEI, Vera. Museu e memória virtual. In: BITTENCOURT, José Neves; GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah F. Museus, Ciência e Tecnologia: livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007.

¹⁹ CHAGAS, Mario. O pai de macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e Patrimônio*. Ensaio contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.95-110

²⁰ Ver DODEBEI, Vera, GOUVEIA, Inês. Organisation et preservation de l'information: questions posées à l'expérience de virtualisation des musées brésiliens In: ORGANISATION DES CONNAISSANCES ET SOCIÉTÉ DES SAVOIRS: CONCEPTS, USAGES, ACTEURS. Actes du 6ème Colloque International du Chapitre Français de L'ISKO, 7-8 juin 2007. Toulouse: Université Paul Sabatier, 2007. p. 293-307. (Sous la direction de Gerard Regimbeau et Viviane Couzinet).

igualar o mapa ao território; ou, como menciona Choay²¹, o patrimônio pode ser decifrado como uma alegoria dos humanos na aurora do século XXI. Não sabemos ainda se a memória virtual nos dará garantias de acumulação e de integridade de dados como é a característica principal de uma coleção documentária²². A representação da memória por redes de conceitos, em sistema aberto de comunicação, sugere que a constante reformatação da informação, a exemplo do jogo da memória e do esquecimento, parece ser o atributo essencial dessa memória virtual.

Não temos ainda respostas definitivas para supostos apresentados para a mobilidade do conceito de patrimônio. É certo que o patrimônio existe como um valor necessário à produção de subjetividades, à garantia da diversidade e, o mesmo tempo, como uma possibilidade de resistência à globalização cultural. É certo também que a integridade do bem patrimonial será garantida somente com atribuição constante de conteúdos informacionais ao núcleo do objeto simulado no ciberespaço, o que possibilitará a convivência da condição de circunstancialidade com a de permanência do patrimônio. Talvez tenhamos que abrir mão do sentido de proteção do objeto patrimonial, na medida em que o valor patrimonial será atribuído mais aos significados e menos ao referente material. Desse modo, proteção passará a ser entendida como uma propriedade do processo de disseminação, com o sentido de garantir a preservação, tal como a transmissão da herança cultural exercida pela narrativa oral. Quanto à desaceleração do conceito de patrimônio ou sua sustentação no mundo virtual, trabalhamos ainda com indícios de uma e de outra.

²¹ CHOAY, op. Cit p. 258.

²² Ver os projetos de construção de arquivos digitais como o Internet Archives em www.internetarchives.org. The **Internet Archive (IA)** is a non-profit organization dedicated to maintaining an on-line library and archive of Web and multimedia resources. Located at the Presidio in San Francisco, California, this archive includes "snapshots of the World Wide Web" (archived copies of pages, taken at various points in time), software, movies, books, and audio recordings. To ensure the stability and endurance of the archive, IA is mirrored at the Bibliotheca Alexandrina in Egypt, the only library in the world with a mirror. The IA makes the collections available at no cost to researchers, historians, and scholars. It is a member of the American Library Association and is officially recognized by the State of California as a library.